



PRODUTO 01

GUIA METODOLÓGICO – DIAGNÓSTICO VOCACIONAL PARTICIPATIVO

PROJETO INOVAJUNTOS

01 de abril de 2022

SUMÁRIO

Projeto InovaJuntos.....	3
Confederação Nacional de Municípios (CNM).....	4
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal (CES)	4
União Europeia.....	4
Sobre o Guia Metodológico	6
Diagnóstico Vocacional Participativo	7
Diagnóstico vocacional participativo no InovaJuntos	8
Aspectos metodológicos.....	8
Times de trabalho local.....	10
Responsáveis pelo diagnóstico	10
Pontos focais.....	10
Equipe da prefeitura	11
Etapas do diagnóstico.....	12
Etapa 1: Pré-Diagnóstico	13
Realização	15
Atividades esperadas	16
Resultados esperados.....	16
Estimativa de tempo para conclusão da etapa	16
Etapa 2: Leitura técnica.....	16
Análise de capacidades institucionais.....	17
Identificação de perfil de desenvolvimento local.....	17
Realização	28
Atividades esperadas	28
Resultados esperados.....	28
Estimativa de tempo para conclusão da etapa	28
Etapa 3: Leitura Comunitária	29
Realização	29
Estratégias e ferramentas	30
Atividades esperadas	36
Resultados esperados.....	37
Estimativa de tempo para conclusão da etapa	37
Etapa 4: Construção Compartilhada	37
Realização	37
Atividades esperadas	38
Resultados Esperados.....	38
Estimativa de tempo para conclusão da etapa	38
Etapa 5: Diagnóstico Vocacional Participativo.....	38
Realização	39
Atividades esperadas	39
Resultados esperados.....	39
Estimativa de tempo para conclusão da etapa	39

PROJETO INOVAJUNTOS

O projeto InovaJuntos – Cooperação Urbana Triangular para Inovação e Sustentabilidade é resultado de uma parceria entre a **Confederação Nacional de Municípios (CNM)** e o **Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES)**, com financiamento da **União Europeia**. Assinado em 2019 e com execução prevista para os anos de 2020 a 2023, o objetivo do projeto é promover inovação – com fim de desenvolvimento – utilizando a colaboração entre países, municípios e consórcios.

As atividades do projeto são realizadas em Portugal, no Brasil e em outros países da América Latina. A ideia é que a **troca de experiências** entre municípios e consórcios destas nações (ou dentro de uma mesma nação) consiga proporcionar **desenvolvimento urbano** que seja voltado à **inovação** e que colabore com a implementação dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** e da **Nova Agenda Urbana (NAU)**.

Organizam-se os municípios/consórcios em 4 clusters temáticos: (i) desenvolvimento econômico; (ii) desenvolvimento regional e consórcios; (iii) cidades verdes e mudanças climáticas; e (iv) espaços inclusivos para inovação cultural e social. Esta designação de clusters permite **dirigir** as entregas do InovaJuntos, pensando em criar soluções **personalizadas** para cada cidade, de forma a aumentar a eficiência, a eficácia e a sustentabilidade do projeto. A execução do InovaJuntos envolve não apenas o **setor público**, mas também a **sociedade civil**, o **setor empresarial** e as **instituições de ensino**, ressaltando-se sua relevância como um projeto **participativo**.

Figura 1 – Objetivo geral



InovaJuntos

InovaJuntos - Cooperação Urbana Triangular para Inovação e Sustentabilidade

Objetivo Geral

Fortalecer o desenvolvimento urbano integrado, através de políticas locais de inovação, no Brasil, na América Latina e em Portugal, visando contribuir para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Nova Agenda Urbana (NAU).



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM)

Criada em 1980, a CNM é uma organização independente, apartidária e sem fins lucrativos que atua na **representação político-institucional** dos municípios brasileiros. A **nível nacional**, a representação é feita junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional. **Internacionalmente**, a entidade participa de organismos e associações, dentre eles a *Federación Latinoamericana de Ciudades, Municipios y Asociaciones de Gobiernos Locales* (Flacma) e a Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). Em 2020, a CNM possuía 5.098 municípios contribuintes, o que representa **92% do total brasileiro**.

As iniciativas da CNM passam pelas áreas **política** e **técnica**. Dentre as atividades políticas, a entidade participa de conselhos, comitês, órgãos de discussão e acompanha as políticas públicas. Além disso, observa as pautas de votação do Congresso Nacional – intervindo no processo legislativo e articulando com os parlamentares quando considerado necessário. Em âmbito técnico, algumas das principais atividades da CNM são: desenvolver ferramentas tecnológicas; produzir estudos técnicos e pesquisas; e fornecer orientação técnica e jurídica aos municípios.

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, PORTUGAL (CES)

Fundado em 1978, o CES é uma **instituição científica** dedicada à **investigação** e à **formação** avançada nas ciências sociais e nas humanidades, através de uma abordagem inter e transdisciplinar. Em 2002, o CES recebeu o estatuto de laboratório associado – a instituição de investigação a quem foi concedido o estatuto se compromete a assessorar o governo em áreas científicas para a preparação de políticas públicas. Com mais de 800 pessoas em sua estrutura de investigadores, este centro possuía, em 2019, projetos com países como Reino Unido, África do Sul, Chile e Brasil.

UNIÃO EUROPEIA

A relação entre Brasil e União Europeia existe desde a década de 60, com a troca de missões diplomáticas entre as duas partes. O bloco econômico possui papel de destaque na diplomacia mundial, já que representa 27 países da Europa. Devido a essa influência, a UE destina cerca de 10% de seu orçamento para ações internacionais, fortalecendo outros países em áreas como desenvolvimento, boa governança e combate à fome. Vale ressaltar que a representação do bloco comercial, em território nacional, é feita pela Delegação da União Europeia no Brasil.



Figura 2 – Instituições responsáveis



SOBRE O GUIA METODOLÓGICO

Este documento apresenta a metodologia utilizada no projeto **InovaJuntos – Cooperação Urbana Triangular para Inovação e Sustentabilidade** para realização de **Diagnósticos Vocacionais Participativos** em municípios brasileiros. A ideia é que o texto aqui apresentado figure como uma **versão inicial** da metodologia, que será testada nos municípios e consórcio selecionados pelo primeiro edital do InovaJuntos, lançado no dia 18 de novembro de 2020.

A partir das experiências coletadas durante as primeiras aplicações, haverá escrita de uma **segunda versão** da presente metodologia. Nesta nova versão serão feitas revisões considerando os pontos que, na prática, precisarão de modificações: pretende-se refinar as etapas de aplicação para que seja possível aprender e adaptar o Diagnóstico Vocacional para ser aplicado nos próximos 16 municípios que participarão do InovaJuntos.

Por fim, os aprendizados da aplicação dos diagnósticos em 20 municípios brasileiros permitirão a realização de uma revisão definitiva. Por meio deste processo iterativo de construção metodológica, intercalando aplicação e inclusão de aprendizados, objetiva-se construir uma **metodologia prática**, suficientemente refinada e adaptável às diferentes realidades de todos os 5.570 municípios brasileiros.

O objetivo é que esta metodologia possa ser **referência** para a realização dos Diagnósticos Vocacionais do InovaJuntos e para formulação de outros Diagnósticos Participativos. Nesse sentido, primeiramente, apresentam-se as etapas de forma geral – para que elas possam ser replicadas, independentemente do objetivo final. Além disso, expõem-se os detalhes de como foi feita a aplicação específica para o contexto do InovaJuntos – de forma a complementar e exemplificar os Diagnósticos.

A **diversidade** de realidades nos municípios é um aspecto crucial à formulação desta metodologia. Tendo em vista que o objetivo do documento é que o Diagnóstico Vocacional Participativo seja aplicável em todo o território brasileiro, as etapas descritas são, em grande medida, **sugestões**. Isto é, apresentam-se **direcionamentos e orientações** para a realização dos diagnósticos participativos, não restringindo-se a condições demasiado específicas de aplicação que pudessem torná-los pouco efetivos. Portanto, é essencial que sejam feitas **adaptações** à metodologia exposta, de forma que ela seja capaz de adequar-se às especificidades (e necessidades) de cada localidade.

DIAGNÓSTICO VOCACIONAL PARTICIPATIVO

São muitas as informações que temos disponíveis em bases de dados oficiais, porém maior ainda é o número de questionamentos e dúvidas que necessitam ser respondidas para entender a realidade de uma localidade qualquer: quais os principais problemas que o município está enfrentando? Quais são as principais tendências ali verificadas? Como está o índice de desemprego? Como está o PIB? Como são tratadas questões de gênero, etnias e gerações? A desigualdade social está diminuindo? Há preocupação com a sustentabilidade ambiental? Há tratamento de esgoto adequado e acessível? Quais são as principais restrições enfrentadas na área de saúde?

Para que um município possa pensar em desenvolvimento urbano integrado em todas as suas frentes de atuação (capacidades institucionais, economia, sustentabilidade ambiental, inclusão social etc.), é necessário entender as particularidades e vocações do seu território. Para além de fontes secundárias de dados, deve-se contar com a grande riqueza de conteúdo potencial que se pode encontrar nas experiências das pessoas que habitam e constroem suas vidas nos municípios brasileiros.

A partir do levantamento deste conjunto de informações, possibilita-se a identificação de ações necessárias para que o município ofereça melhores condições de vida para seus moradores, bem como um ambiente mais propício ao desenvolvimento de suas capacidades. Desta forma, ressalta-se a necessidade de identificação das potencialidades existentes, principais vocações e fraquezas de cada município para, assim, elaborar uma estratégia de desenvolvimentopropriada.

Um diagnóstico vocacional participativo é uma ferramenta que auxilia na obtenção de respostas para essas perguntas e muitas outras, apresentando um panorama sobre as vocações de determinada localidade. Trata-se de um olhar cuidadoso, construído a partir de diversos pontos de vista, com o intuito de entender os principais avanços e desafios enfrentados em importantes dimensões como: meio-ambiente, governança local, inclusão social, gestão governamental, educação, saúde, infraestrutura, economia e segurança. Há algumas particularidades importantes a serem observadas nesse diagnóstico:

Por que identificar vocações?

Diante de um mundo de recursos escassos, a priorização se torna extremamente relevante. No contexto municipal, por exemplo, não é possível obter capital, mão-de-obra ou terra suficientes para estimular todos os setores produtivos ao mesmo tempo. Nesse sentido, identificar as principais vocações locais permite direcionar esforços para planejar o desenvolvimento urbano integrado. Vale ressaltar que o direcionamento de recursos também favorece a sustentabilidade do desenvolvimento, ou seja, permite que ele seja duradouro, melhorando as condições de vida da geração atual e não prejudicando a capacidade da geração futura de fazer o mesmo.

Por que realizá-lo de forma participativa?

A realização de diálogos participativos auxilia os aplicadores a perceberem a situação do local de forma ampla, possibilitando a identificação de dificuldades que comprometam o desenvolvimento urbano e a reflexão sobre reais potencialidades e demandas do território. Desse modo, auxilia-se o município no desenvolvimento de uma estrutura de gestão participativa e cria-se condições que favoreçam o senso de pertencimento e satisfação, auxiliando o monitoramento social das ações tomadas pelo setor público.

DIAGNÓSTICO VOCACIONAL PARTICIPATIVO NO INOVAJUNTOS

Na publicação "A Nova Agenda Urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação" (IPEA, 2018), Favarão e Costa afirmam que "o fortalecimento institucional dos governos subnacionais, de estados e municípios, torna-se fundamental e estratégico. Fortalecimento institucional implica não apenas a replicação de instrumentos normativos, mas também envolve capacitação técnica, transferência de tecnologias de gestão, estruturação de sistemas de informação e enfrentamento dos desafios associados à disponibilidade de recursos financeiros para lidar, em especial, com as demandas por investimentos em infraestrutura urbana".

Ao mesmo tempo, os municípios brasileiros têm competências centrais para o desenvolvimento urbano integrado, incluindo: uso e planejamento do solo e de espaços públicos; provisão de serviços públicos, como limpeza urbana, transporte público, iluminação pública, moradia, coleta de resíduos sólidos, saneamento; promoção de cultura e lazer e desenvolvimento econômico. Dessa forma, tem um papel destacado para o sucesso da implementação dessas políticas e, consequentemente, do alcance do ODS 11 e dos princípios da Nova Agenda Urbana no Brasil, enquanto enfrentam grandes desafios.

Um dos resultados esperados do InovaJuntos é o fortalecimento das capacidades institucionais das cidades na promoção do desenvolvimento urbano integrado sustentável a partir do diagnóstico vocacional participativo. Da mesma forma que se pensa em habilidades e potenciais individuais das pessoas em geral, os territórios também possuem vocações específicas. São muitos os benefícios em trabalhar essa análise no local.

É inspirador para as comunidades quando se reconhece as características do lugar e o valor que tem para oferecer. Pode-se comparar quando alguém faz um trabalho alinhado com sua vocação. Sua criatividade e habilidade para desenvolver um produto, um serviço, uma ideia flui com mais facilidade, inclusive impressionando a outros por tal capacidade. Em âmbito local, isso ocorre de forma similar.

Se uma cidade tem uma vocação, por exemplo, para produzir vinhos ou um determinado tipo de frutas, devido ao solo e ao clima, às habilidades da comunidade, ou outros fatores, apoiar esse tipo de atividade favorece um desenvolvimento econômico local mais consistente. Trabalhar a vocação de um lugar permite ainda que, dentro de um país e até no mundo, reconheça-se o papel daquela localidade. Esse tipo de atuação reforça o senso de satisfação e pertencimento.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O Diagnóstico Vocacional Participativo presa por uma metodologia em que se integram importantes conhecimentos da população local, dados secundários de bases públicas e informações acerca das capacidades institucionais do município para gerar maior desenvolvimento sustentável. Com esse processo de diagnóstico, entende-se que o envolvimento da sociedade e a capacidade de promoção endógena de desenvolvimento municipal são de grande importância para a definição de uma estratégia de atuação direcionada à realidade ali vivida.

A metodologia proposta organiza informações territoriais e sobre capacidades institucionais, possibilitando a elaboração de um perfil municipal. Busca-se aprofundar o entendimento sobre a realidade do território – como potencialidades, fragilidade e vocações – e possibilitar análises mais direcionadas, culminando em ações que efetivamente contribuam para desenvolvimento local.

Em traços gerais, estima-se que a aplicação da metodologia de diagnóstico necessite de um período de cerca de 10 semanas (2 meses e meio) para sua conclusão, divididos em cinco etapas principais: **Pré-diagnóstico, Leitura Técnica, Leitura Comunitária, Construção Compartilhada e Diagnóstico Vocacional**. Durante estas etapas, diversas atividades serão realizadas, como: (i) identificação de dados secundários; (ii) diálogos com a sociedade para levantamento de informações qualificadas; (iii) visitas técnicas a pontos estratégicos do município; (iv) oficina de discussão e construção colaborativa; e, por fim, (v) a elaboração do diagnóstico vocacional participativo.

O diagnóstico resultante apresenta triplo recorte temático, abordando aspectos sobre: (i) maturidade institucional do município para promover melhorias e inovações; (ii) informações situacionais, analisando os avanços e desafios enfrentados no local; e (iii) análise das vocações locais, para garantir maior apoio em atividades que estimulem o desenvolvimento econômico.

TIMES DE TRABALHO LOCAL

Existem três funções que são primordiais para a realização dos Diagnósticos Vocacionais Participativos. O presente tópico apresenta definições para os times, explicitando aspectos como número de participantes, atribuições e requisitos. Aqui, é aconselhável que as atribuições e requisitos dos **pontos focais, responsáveis pelo diagnóstico e equipe da prefeitura** sejam preservados, de forma a garantir execução adequada em todas as etapas posteriores. No entanto, é possível que o número de participantes de cada grupo varie, a depender da disponibilidade local. Ademais, caso considerado relevante, é possível que sejam criados outros grupos que participarão das etapas do Diagnóstico.

RESPONSÁVEIS PELO DIAGNÓSTICO

Os responsáveis pelo diagnóstico são os agentes encarregados de elaborar o Diagnóstico Vocacional Participativo. Eles devem entender a metodologia a fundo, tendo total clareza sobre as etapas que serão realizadas e como conduzi-las na prática, bem como a adequação do método à realidade municipal. Os responsáveis pelo diagnóstico são pessoas organizadas e articuladoras, que possuem boas habilidades em termos de escrita e conhecimentos técnicos.

De fato, é aconselhável que os candidatos para exercer tal função já possuam experiência prévia na elaboração de projetos. Como forma de distribuir tarefas e garantir a diversidade de opiniões, sugere-se que participem da elaboração do diagnóstico de 3 a 4 pessoas. Vale destacar que os responsáveis pelo diagnóstico podem ser funcionários públicos, profissionais locais ou mesmo profissionais contratados de outros municípios.

PONTOS FOCAIS

Os pontos focais são, necessariamente, pessoas amplamente envolvidas com o município em que está sendo realizado o Diagnóstico Vocacional. Devem conhecer a realidade local e ter contato com a população municipal em seus diferentes grupos: setor público, setor empresarial, sociedade civil organizada e instituições de ensino. Os pontos focais devem ser organizados, facilitadores e articuladores, além disso, sugere-se que possuam acesso direto ao chefe do poder executivo local, facilitando a realização das atividades do Diagnóstico.

É importante que os pontos focais não correspondam a representantes ativos de nenhum dos 4 grupos populacionais citados acima, como forma de eliminar possíveis conflitos de interesse. Para fins de distribuição de tarefas, considera-se ideal que pelo menos duas pessoas sejam encarregadas pelas atribuições e responsabilidades dos pontos focais.

Como identificar os pontos focais?

Geralmente, a iniciativa de realizar o Diagnóstico Vocacional Participativo vem da prefeitura municipal. Porém, para evitar potenciais conflitos de interesses, é aconselhável que a indicação dos pontos focais seja realizada pelos responsáveis pelo diagnóstico. Por meio de diálogos diretos com a prefeitura (é preferível que o chefe do poder executivo esteja diretamente envolvido neste processo), os responsáveis pelo diagnóstico podem formular uma lista com os possíveis candidatos a pontos focais. Levando em consideração a disponibilidade, interesse e características dos aspirantes ao cargo, selecionam-se aqueles que mais se encaixam na descrição apresentada acima.

EQUIPE DA PREFEITURA

A equipe da prefeitura é formada pelas pessoas que representam ou trabalham no setor público local: o chefe do poder executivo, vice-chefe do poder executivo e dirigentes de pastas específicas, por exemplo. Essas pessoas são essenciais para a execução das etapas, tendo em vista que o foco do estudo é o município que elas representam. Além disso, o envolvimento da equipe da prefeitura aumenta a sensação de credibilidade e validade percebida pela população acerca do Diagnóstico Vocacional Participativo.

ETAPAS DO DIAGNÓSTICO

As etapas previstas para a construção do Diagnóstico Vocacional Participativo do InovaJuntos foram divididas e resumidas da seguinte forma:

Tabela 2 – Resumo das Etapas do Guia de Análise de Vocações Participativas

ETAPA	PASSO A PASSO
Pré-Diagnóstico (~ 6 semanas)	<ul style="list-style-type: none"> – Passo 1: mapear as potencialidades, demandas, vocações e fragilidades do município, na visão dos pontos focais e equipe da prefeitura; – Passo 2: estipular os grupos em que a população do município será organizada; – Passo 3: selecionar atores-chave para cada um dos grupos; – Passo 4: familiarizar os atores-chave quanto à elaboração do diagnóstico; – Passo 5: elaborar roteiro e definir questões logísticas para a realização das atividades de campo: entrevistas qualificadas, visitas técnicas e oficina.
Leitura Técnica (~ 2 semanas)	<ul style="list-style-type: none"> – Passo 1: definir indicadores que deverão ser coletados na etapa; – Passo 2: coletar dados relacionados às capacidades institucionais do município; – Passo 3: levantar informações secundárias relevantes do local, como dados socioeconômicos, ambientais e culturais; – Passo 4: formular documento com as informações coletadas na etapa, contendo a análise dos indicadores do município.
Leitura Comunitária (~ 4 dias)	<ul style="list-style-type: none"> – Passo 1: executar momento inicial de abertura da etapa em campo; – Passo 2: realizar entrevistas qualificadas e visitas técnicas; – Passo 3: elaborar documento contendo a consolidação das informações da Leitura Comunitária.
Construção Compartilhada (~ 2 dias)	<ul style="list-style-type: none"> – Passo 1: elaborar documento compilando dados da Leitura Técnica e da Leitura Comunitária; – Passo 2: realizar pesquisa bibliográfica que contextualize e reforce as percepções dos responsáveis pelo diagnóstico; – Passo 3: construir versão inicial (sugestiva) do Diagnóstico Vocacional Participativo; – Passo 4: executar oficina de validação e construção colaborativa.
Diagnóstico Vocacional (~ 1 semana)	<ul style="list-style-type: none"> – Passo 1: organizar e sistematizar o conteúdo gerado durante a oficina; – Passo 2: elaborar versão final do Diagnóstico Vocacional Participativo; – Passo 3: realizar reunião para entrega do diagnóstico ao município.

As etapas propostas seguem uma trilha para a ampliação do conhecimento sobre o território local e oportunizam a realização de planos mais próximos da realidade municipal, visando ao desenvolvimento sustentável. Além disso, tratam da compreensão de oportunidades e aspectos limitantes relacionados às principais vocações dos municípios, buscando a melhoria da economia sem esquecer dos meios social, institucional e ambiental.

ETAPA 1: PRÉ-DIAGNÓSTICO

O início da leitura da realidade local ocorre com a etapa “Pré-diagnóstico”. Em suma, essa etapa trata de **encontros** com pontos focais dos municípios para esclarecimentos gerais sobre o Diagnóstico Vocacional Participativo, bem como **diálogos** para instigar reflexões prévias de potencialidades, demandas, vocações e fragilidades do município. Diante disso, sugere-se elaborar um checklist sobre os principais pontos a debater, como: (i) importância do diagnóstico e o que se pretende alcançar com sua aplicação; (ii) identificação das fraquezas e potencialidades do município; (iii) identificação de ameaças e oportunidades para o desenvolvimento sustentável; (iv) pré-mapeamento das vocações do local; e (v) definição de ações prioritárias para melhorar as condições dos moradores.

O Pré-diagnóstico não corresponde somente a um momento de delimitações gerais das motivações e necessidades, mas também à **identificação e familiarização dos atores-chave locais com a metodologia**, além da delimitação do roteiro de visitas durante a etapa de **visitas técnicas**.

Mapeamento prévio

Esse momento é importante para que os responsáveis pelo diagnóstico possam começar a entender, com mais detalhes, questões sociais, econômicas e ambientais do município. Exploram-se potencialidades, demandas, vocações e fragilidades por meio de diálogos com os pontos focais e equipe da prefeitura. Na prática, os responsáveis pelo diagnóstico serão encarregados de moderar as discussões, perguntando aos pontos focais e aos funcionários da prefeitura quais são os principais pontos fortes e fracos locais, na visão de cada um dos envolvidos.

O mapeamento prévio auxilia na realização das etapas subsequentes do Diagnóstico, tendo em vista que permite reconhecer temas que poderão, posteriormente, ser encontrados e enfatizados durante as etapas de Leitura técnica e comunitária.

Identificação dos atores-chave

Para esse tópico, torna-se fundamental organizar os atores-chave em **ao menos 04 grupos**: setor público, setor produtivo, instituições de ensino e sociedade civil organizada. Durante a seleção destes atores, como forma de coletar várias opiniões, é extremamente importante que os grupos sejam **diversos e representativos**: sugere-se a indicação de pessoas de diferentes profissões, etnias, religiões, classes sociais, entre outros.

O **setor público** é responsável por representar o município externamente – possuindo visão clara sobre qual espaço o município ocupa no contexto estadual e nacional. Além disso, estão concentradas na prefeitura e secretarias municipais informações como a produção de cada setor da economia; a renda da população; e as necessidades institucionais do município.

Ouvir os representantes do setor público se torna relevante, principalmente, para entender as iniciativas e políticas que estão sendo formuladas para desenvolvimento municipal e conhecer a progressão da economia e da sociedade local ao longo do tempo. Para participar do grupo de setor público, podem ser convidados, por exemplo: representantes do executivo (preferencialmente pessoas vinculadas diretamente ao chefe do poder); representantes da administração pública; representantes do legislativo municipal; e representantes da segurança pública.

O **setor produtivo** possui uma visão econômica e empreendedora do município. Os empreendedores locais e representantes comerciais que atuam no município possuem opiniões importantes com relação ao tamanho e perspectiva de crescimento do mercado consumidor; potencial de aumento da produção; e dificuldades para se empreender. Para compor esse grupo, podem ser convidados, por exemplo: representantes de grandes, médios e pequenos empreendimentos; representantes de associações comerciais locais e instituições de fomento empresarial; microempreendedores etc.

As **instituições de ensino** possuem conhecimento profundo sobre a educação no município. Tanto os docentes quanto os discentes podem responder perguntas relacionadas ao potencial educacional dos jovens locais (se é possível estudar do ensino básico ao superior no município) e perspectivas de emprego após a formatura. Trazem informações cruciais acerca das dificuldades e perspectivas educacionais locais. São convidados a participar, por exemplo: docentes e pais de alunos do ensino básico; docentes e discentes do ensino médio; docentes e discentes do ensino superior.

Finalmente, a participação da sociedade civil será feita por intermédio de grupos específicos que representem seus interesses – a chamada **sociedade civil organizada**. Esse grupo conhece a fundo as oportunidades e dificuldades locais em questões de emprego, qualidade de vida, segurança, entre outros. Para representar esse grupo, são convidados a participar pessoas como: representantes de associações produtivas, sindicatos, conselhos ou cooperativas; representantes de grupos de idosos, mulheres e jovens, grupos de gênero ou populações tradicionais (indígenas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, quilombolas etc.); representantes de igrejas ou Organizações Não Governamentais (ONGs) atuantes no município.

Existem algumas observações que devem ser mencionadas sobre a seleção dos atores-chave. Primeiramente, entende-se que a vivência nos municípios do Brasil pode ser bastante diferente; assim, as categorias representadas acima podem (e devem) se adaptar à realidade do município em que será elaborado o Diagnóstico. Por exemplo, caso exista no município uma associação de homens ferreiros, que não se encaixe na descrição dos segmentos apresentada acima, pode-se adicionar este grupo aos atores-chave – na medida em que se entenda que ele é importante para a realidade local. De outra maneira, caso não existam universidades ou faculdades no município, as instituições de ensino podem ser representadas apenas por escolas da educação básica.

Vale ressaltar que os grupos não são exclusivos – uma pessoa pode ser entrevistada duas vezes, caso esta for representante de dois segmentos diferentes. Nessas situações, é tarefa dos responsáveis pelo diagnóstico direcionar as entrevistas para que as perguntas sejam respondidas de acordo com os interesses e as características de cada grupo.

O número de atores que participarão das entrevistas depende do tamanho, dinâmica e capacidade de mobilização do município em que será realizado o Diagnóstico Vocacional: para municípios maiores, espera-se que sejam formados grupos maiores. Além disso, levando em consideração as particularidades do InovaJuntos, tornou-se interessante, neste caso, selecionar atores diversos – com o objetivo de incluir temas de representatividade (como equidade de gênero e raça) no Diagnóstico Vocacional Participativo.

Familiarização dos atores-chave

Em termos de familiarização dos atores-chave, é papel dos pontos focais explicar, previamente, as etapas da metodologia aos entrevistados, bem como enfatizar a importância da participação dos habitantes. Os responsáveis pelo diagnóstico podem auxiliar nesta contextualização, oferecendo apoio técnico aos pontos focais sempre que necessário (elaborando conteúdos explicativos das etapas, por exemplo).

Elaboração do roteiro das visitas técnicas

Os pontos focais serão encarregados de definir os locais que serão percorridos durante as visitas técnicas. No geral, devem ser incluídos no roteiro lugares que representem as particularidades do município – pontos como empresas que empregam parcela significativa dos habitantes; comunidades tradicionais; e pontos turísticos (por exemplo cachoeiras e centros históricos) são relevantes para as visitas. Ainda, os responsáveis pelo diagnóstico podem auxiliar na definição do roteiro, trazendo orientações para que sejam visitadas áreas relevantes do município.

REALIZAÇÃO

Na primeira reunião entre os responsáveis pelo diagnóstico e os pontos focais do município, será realizada uma apresentação de todos os colaboradores e uma breve explanação sobre o Diagnóstico Vocacional Participativo, bem como sua importância e funcionalidade. A partir desse momento é realizado uma série de outras reuniões breves, com o intuito de debater sobre o município e identificar os atores-chave a serem entrevistados. Vale ressaltar que uma articulação e relação com os gestores municipais garante maior credibilidade e legitimidade a todo o processo.

Durante os encontros, é importante delimitar as datas, os espaços e a logística das etapas de campo (Leitura Comunitária e Construção Compartilhada), as quais incluem entrevistas qualificadas com os atores-chave, visitas técnicas e oficina de validação e construção colaborativa do Diagnóstico Vocacional Participativo. Deve-se atentar ao número de atores-chave que participarão das entrevistas e das oficinas, para que sejam reservados espaços que acomodem todos os participantes. Os responsáveis pelo diagnóstico devem auxiliar os pontos focais nesse momento, sugerindo grupos e direcionando a execução do Pré-diagnóstico quando necessário.

Com intuito de organizar a seleção de atores-chave e locais para condução das visitas técnicas, aconselha-se que os pontos focais entreguem aos responsáveis pelo diagnóstico um documento contendo nomes e contatos de todos os representantes que participarão das entrevistas, assim como um roteiro dos lugares que deverão ser visitados. Além disso, é essencial que ocorram reuniões entre os pontos focais, os responsáveis pelo diagnóstico e os agentes selecionados para as entrevistas – esse encontro terá a finalidade de familiarizar e mobilizar os entrevistados, a fim de garantir que as etapas de entrevistas e oficina de validação ocorram da melhor forma possível.

Para maior facilidade na comunicação para a marcação de encontros, sugere-se a criação de um grupo em uma ferramenta de comunicação instantânea que possibilite a interação prática entre os envolvidos, como o WhatsApp.

ATIVIDADES ESPERADAS

- Mapeamento prévio das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, na visão dos pontos focais e equipe da prefeitura;
- Seleção dos atores envolvidos em todos os grupos elencados;
- Delimitação do cronograma das atividades *in loco* das etapas de Leitura comunitária e Construção compartilhada;
- Familiarização e mobilização dos atores-chave que serão entrevistados.

RESULTADOS ESPERADOS

- Lista de atores-chave mobilizados;
- Roteiro de visitas técnicas;
- Cronograma das atividades *in loco*;
- Definição e execução de aspectos logísticos e operacionais.

ESTIMATIVA DE TEMPO PARA CONCLUSÃO DA ETAPA

6 semanas (1 mês e meio).

ETAPA 2: LEITURA TÉCNICA

Essa etapa compreende a compilação de dados e informações a respeito do município, servindo de base para todas as fases posteriores. O objetivo é que, a partir dos dados e informações municipais, seja possível traçar um panorama local, através da análise de indicadores que abranjam áreas como economia, sociedade, meio-ambiente e aspectos institucionais.

Para o projeto InovaJuntos, a etapa de Leitura Técnica é dividida em duas partes: análise de capacidades institucionais e identificação de perfil de desenvolvimento local. Na parte de análise de capacidades institucionais, os indicadores elencados permitem avaliar se o município possui instituições e condições fortes o suficiente para gerar transformação e desenvolvimento urbano – estes, por sua vez, melhoram as condições para criação e sustentação de cidades inteligentes. Já para o perfil de desenvolvimento local, coleta-se, majoritariamente, dados secundários – com o objetivo de formar um panorama geral sobre a realidade econômica, social e ambiental do município.

ANÁLISE DE CAPACIDADES INSTITUCIONAIS

Como já explicado anteriormente, o objetivo do InovaJuntos é promover inovação com vistas ao desenvolvimento. No entanto, para que as inovações consigam ser implementadas e, de fato, estimular o desenvolvimento urbano integrado, é necessário que o município se mostre preparado para conduzir iniciativas efetivas com tal finalidade.

O tópico de Análise de Capacidades Institucionais busca mensurar, por meio de um conjunto pré-definido de critérios, se a gestão pública municipal tem maturidade suficiente para cultivar e promover inovações que estimulem o desenvolvimento. Os critérios elencados estão separados dentro de 04 eixos principais: Estratégia Municipal; Infraestrutura Urbana; Gestão de Dados; e Políticas Públicas. Vale destacar que os dados para este tópico serão coletados via pesquisa primária (preferencialmente antes das atividades em campo, porém complementados durante sua execução sempre que necessário).

Tabela X – Critérios de capacidades institucionais

EIXO	CRITÉRIO
Estratégia Municipal	Planejamento
	Governança Colaborativa
	Governança Tecnológica
	Visão e conceito de cidade
Infraestrutura Urbana	Planejamento
	Prospecção de parcerias para provimento e aprimoramento
	Abrangência e Qualidade
	Institucionalização da gestão de TI
	Oferta/acesso online a serviços públicos
Gestão de Dados	Planejamento do uso e segurança de dados
	Digitalização das bases de dados
	Dados abertos e transparência
	Integração e interoperabilidade das bases de dados
Políticas Públicas	Estratégia de acompanhamento
	Planejamento de monitoramento e avaliação
	Coordenação das ações de monitoramento
	Percepção de qualidade pelos beneficiários
	Transparência do monitoramento

IDENTIFICAÇÃO DE PERFIL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O tópico Perfil de Desenvolvimento Local objetiva formar uma visão geral do município por meio de dados socioeconômicos, ambientais, culturais, entre outros. As informações municipais são coletadas por meio de dados secundários, usando como referência documentos de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O uso de dados levantados por agentes locais também pode ser útil – assim, caso seja possível, coleta-se informações do setor público, instituições de ensino, sociedade civil organizada e setor empresarial.

No caso do InovaJuntos, levando em consideração a grande disponibilidade de informações sistematizadas pela CNM, parte significativa dos dados utilizados derivam diretamente das bases do CiDados, especificamente aqueles referentes à “Mandala ODS” e ao “Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável” (IDMS). Devido à importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Nova Agenda Urbana (NAU) para o projeto, utilizam-se alguns indicadores adicionais sugeridos pelo PNUD¹, que detalha parâmetros relacionados a cidades sustentáveis. Abaixo, apresentam-se os indicadores (e suas fontes oficiais) utilizados na etapa de Leitura Técnica.

Mandala ODS

Esta ferramenta possibilita diagnosticar, monitorar e avaliar o desempenho dos municípios brasileiros quanto ao nível do alcance da Agenda 2030 e dos ODS. Por meio da Mandala, os municípios podem utilizar o grau de desenvolvimento em 4 dimensões (econômica, social, ambiental e institucional) como um fator que contribua para a elaboração de ações estratégicas. Portanto, é considerada uma ferramenta que influencia na tomada de decisões do município. Os indicadores são:

Tabela X – Indicadores da Mandala ODS

ODS – METAS	ÁREA TEMÁTICA	INDICADORES	FONTE
Paz, Justiça e Instituições Eficazes  Metas 16.5, 16.6 e 16.10	Institucional	Gasto com pessoal	FINBRA – STN
Índice de Equilíbrio Fiscal		FINBRA – STN	
Custo da Máquina		FINBRA – STN	
Participação em Consórcios Públicos Intermunicipais		CNM	
Índice de Transparência dos Governos Municipais		MPF	
Emprego e renda  Metas 8.5, 8.6	Econômico	PIB per capita municipal	IBGE
Produtividade da economia  Metas 8.2, 8.3		Remuneração média dos empregos	RAIS – MTE
Economia municipal  Metas 8.1, 8.2		Evolução dos estabelecimentos empresariais	RAIS – MTE
Empresas exportadoras do município		MDIC	
Índice de acesso à internet rápida		ANATEL – IBGE	
Evolução dos Empregos Formais		MTE – RAIS	
Receita Média dos Microempreendedores Individuais (MEI)		CIGA - RF	
Vulnerabilidade Social	Social	Proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza	CADUNCICO - MDS – IBGE

¹ Guia de Elaboração de Diagnósticos Situacionais Municipais de Indicadores ODS (2021).

 Meta 1.1, 1.2  Meta 4.1, 4.5, 4.6  Meta 3.2  Meta 2.2  Meta 3.1  Meta 3.6	Taxa de mortalidade infantil Baixo peso ao Nascer – Desnutrição Índice de aprendizado adequado até 5º ano Matemática Índice de aprendizado adequado até 5º ano Português Índice de aprendizado adequado até 9º ano Matemática Índice de aprendizado adequado até 9º ano Português Taxa de abandono escolar - anos iniciais Taxa de abandono escolar - anos finais Índice de mortes por abuso de álcool e outras drogas Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes Taxa de homicídio de mulheres Taxa de óbitos maternos Taxa de Mortalidade no Trânsito	DATASUS – MS
		DATASUS – MS
		INEP – MEC
		DATASUS – MS
		DATASUS – IBGE
		DATASUS – MS
 Metas 15.1, 15.2, 15.3	Ambiental	Participação em políticas de Conservação Ambiental
		ICMBIO

Perdas Na distribuição de água  Meta 6.4	Índice de perdas na distribuição de água urbana	SNIS – MMA
Esgotamento sanitário  Meta 6.2	Índice de tratamento de esgoto – urbano	SNIS – MMA
Coleta de lixo  Meta 12.4	Taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares urbanos	SNIS – MMA
Metas 11.1, 11.6 		
 Meta 14.1		

Fonte: CNM, 2020.

Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS)

O IDMS é uma ferramenta de avaliação dos municípios segundo seu nível de desenvolvimento sustentável. Diante disso, auxilia os gestores municipais na elaboração de planos de ações estratégicos, evidenciando as principais áreas a serem melhoradas e situando as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável.

A construção do Índice é realizada por meio de 4 dimensões (sociocultural, econômica, ambiental e político-institucional) que são capazes de mensurar a sustentabilidade e o bem-estar social dos municípios. Cada uma das dimensões recebe uma pontuação que varia de 0 a 1 – a interpretação é que quanto maior a nota, mais desenvolvido é o município em determinada dimensão. O valor final do **IDMS** é calculado pela ponderação e agregação das notas de cada dimensão. Nas tabelas a seguir, mostram-se as variáveis para cada uma das dimensões do IDMS.

Tabela X – Indicadores do IDMS (dimensão sociocultural)

ODS – METAS	ÁREA TEMÁTICA	CRITÉRIO	VARIÁVEIS
Frequência escolar e qualidade do ensino 	Educação	Acesso e Permanência Escolar	Abandono Escolar - Anos Iniciais (1º ao 5º ano)
			Abandono Escolar - Anos Finais (6º ao 9º ano)
			Abandono Escolar - Ensino Médio
			Atendimento Escolar - Educação Infantil (4 a 5 anos)
			Atendimento Escolar - Ensino Fundamental (6 a 14 anos)

Meta 4.1, 4.5, 4.6			Atendimento Escolar - Ensino Médio (15 a 17 anos)
			Distorção Idade-Série - Ensino Fundamental
			Distorção Idade-Série - Ensino Médio
			Desempenho Escolar
			IDEB Rede Pública - Anos Iniciais (1º ao 5º ano)
			IDEB Rede Pública - Anos Finais (6º ao 9º ano)
			Infraestrutura Escolar
			Média de Alunos por Turma - Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)
			Média de Alunos por Turma - Anos Finais (6º ao 9º ano)
			Média de Alunos por Turma - Ensino Médio
Mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis Meta 3.4			Unidades Escolares com Estruturas Mínimas Adequadas
			Qualidade de Ensino
			Conselho Municipal de Educação
			Docentes com Curso Superior - Anos Iniciais (1º ao 5º ano)
			Docentes com Curso Superior - Anos Finais (6º ao 9º ano)
			Docentes com Curso Superior - Ensino Médio
			Analfabetismo
Mortalidade na infância Meta 3.2		Saúde	Cobertura da Atenção Básica
			População Atendida por Equipes de Saúde Bucal
			População Atendida por Equipes de Atenção Básica
			População Atendida por Agentes Comunitários de Saúde - ACS
			Fatores de Risco e Proteção
			Nascidos Vivos com 7 ou mais consultas pré-natal
			Cobertura de Vacinas
			Prevalência de Aleitamento Materno Exclusivo
			Nascidos Vivos com Baixo Peso
			Incidência de Hipertensão
			Morbidade
			Mortalidade por Doenças Parasitárias e Infecciosas
			Mortalidade por Neoplasia Maligna (Câncer)
			Mortalidade por Doenças do Sistema Nervoso
			Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório
			Mortalidade por Doenças do Aparelho Respiratório
			Mortalidade por Doenças do Aparelho Digestivo
			Mortalidade por Causas Externas
			Mortalidade Infantil
		Cultura	Estrutura de Gestão para Promoção da Cultura
			Adesão ao Sistema Nacional de Cultura
			Conselho de Política Cultural
			Fundo Municipal de Cultura Exclusivo
			Legislação de Proteção ao Patrimônio Cultural Material ou Imaterial
			Plano Municipal de Cultura
			Infraestrutura Cultural
			Equipamentos Socioculturais
			Meios de Comunicação
			Iniciativas Culturais da Sociedade
			Atividades Artesanais
			Grupos Artísticos

		Recursos na Cultura	Investimento em Cultura Per Capita
			Investimento em Cultura sobre a Receita Corrente Líquida
Proteção social 	Habitação	Estrutura de Gestão para Políticas Habitacionais	Plano Municipal de Habitação
Meta 1.3, 1.a			Conselho Municipal de Habitação
Resiliência e redução de riscos para vulneráveis 			Fundo Municipal de Habitação
Meta 1.5		Qualidade Habitacional	Densidade Excessiva de Moradores por Dormitórios
			Domicílios com banheiro de uso exclusivo
			Domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora

Fonte: CNM, 2020.

Tabela X – Indicadores do IDMS (dimensão econômica)

ODS – METAS	ÁREA TEMÁTICA	CRITÉRIO	VARIÁVEIS
Emprego e renda 	Economia	Agregação de Valor	ISS Per Capita
Metas 8.5, 8.6			ICMS Per Capita
Produtividade e da economia 		Dinamismo Econômico	Evolução dos Empregos Formais (%)
Metas 8.2, 8.3			Crescimento do PIB
Economia municipal 			PIB per capita
Metas 8.1, 8.2			Índice de Gini
			Evolução dos Estabelecimentos Empresariais (Rais Positiva)
		Nível de Renda	Receita Média dos Microempreendedores Individuais (MEI)
			Domicílios em Situação de Pobreza
			Remuneração Média dos Trabalhadores Formais

Fonte: CNM, 2020.

Tabela X – Indicadores do IDMS (dimensão ambiental)

ODS – METAS	ÁREA TEMÁTICA	CRITÉRIO	VARIÁVEIS
Vida na terra	Meio Ambiente		Domicílios atendidos por Rede Pública de Água

 Metas 15.1, 15.2, 15.3	Cobertura de Saneamento Básico Gestão Ambiental Preservação Ambiental	Domicílios Atendidos Direta ou Indiretamente por Coleta de Lixo
		Domicílios com Acesso à Rede Geral de Esgoto ou Fossa Séptica
		Licenciamento de Impacto Local
		Agenda 21 Local
Preservação Ambiental		Áreas de Matas e Florestas Naturais Preservadas nas Propriedades Agropecuárias

Fonte: CNM, 2020.

Tabela X – Indicadores do IDMS (dimensão político institucional)

ODS – METAS	ÁREA TEMÁtica	CRITÉRIO	VARIÁVEIS
 Metas 5.5, 5.c	Finanças Públicas	Capacidade de Receita	Receita Corrente Líquida Per Capita Receita Própria sobre a Receita Corrente Líquida
		Estímulo ao Investimento	Investimento Público Per Capita Investimento Público sobre a Receita Corrente Líquida
		Saúde Financeira	Endividamento Público Municipal
			Suficiência de Caixa
			Receita Comprometida com Folha de Pessoal (máximo 54%)
	Gestão Pública	Articulação com o Exterior	Participação em Consórcios Públicos Intermunicipais
		Capacidade de Planejamento	Planos de Desenvolvimento Setoriais
		Gestão Financeira	Cadastro Imobiliário Informatizado Planta Genérica de Valores Informatizada Cadastro de ISS Informatizado
			Governo Eletrônico Serviços Disponibilizados no Portal do Município
		Qualidade do Quadro Funcional	Servidores com Curso Superior
	Participação Social	Participação Eleitoral	Participação nos Pleitos Eleitorais
		Representatividade de Gêneros	Representatividade de Gêneros entre Candidatos a Vereadores

Fonte: CNM, 2020.

Indicadores adicionais

O relatório “Guia de Elaboração de Diagnósticos Situacionais Municipais de Indicadores ODS”, publicado em 2021 e elaborado pelo PNUD, descreve um estudo de base de dados a nível de indicadores voltados aos ODS dos municípios. No âmbito do projeto InovaJuntos, decidiu-se por utilizar alguns indicadores deste documento que não são contemplados na Mandala e no IDMS, como uma forma de proporcionar um diagnóstico mais completo e que represente maior verossimilhança em relação ao panorama municipal dos ODS e da NAU.

A tabela abaixo apresenta os indicadores que não são diretamente contemplados pela Mandala ODS e pelo IDMS, relacionando com as áreas temáticas dos ODS e o local onde podem ser encontrados (fontes). Em geral, correspondem a importantes aspectos relacionados a temas transversais de desenvolvimento.

Tabela X – Indicadores do Guia de Elaboração de Diagnósticos Situacionais Municipais de Indicadores ODS não contemplados na Mandala ODS e no IDMS

ÁREAS TEMÁTICAS ODS - METAS	INDICADORES	FONTES
POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL		
Índice de desenvolvimento Humano (IDHM)  Meta 1.1, 1.2	<ul style="list-style-type: none"> – IDHM 1991, 2000 e 2010, desagregado por sexo, cor e faixa etária 	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil http://www.atlasbrasil.org.br/perfil
Proteção social  Meta 1.3, 1.a  Meta 5.4	<ul style="list-style-type: none"> – Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família – % da população total do município beneficiada pelo Programa Bolsa Família – % de famílias pobres do município cobertas pelo Programa Bolsa Família – % de pessoas cadastradas no CadÚnico em famílias com renda per capita mensal de R\$0,00 até R\$89,00 – % de pessoas cadastradas no CadÚnico em famílias com renda per capita mensal de R\$89,01 até R\$178,00 – % de pessoas cadastradas no CadÚnico em famílias com renda per capita mensal de R\$178,01 até 1/2 Salário Mínimo – % de pessoas cadastradas no CadÚnico em famílias com renda per capita mensal acima de 1/2 salário-mínimo – % de homens e mulheres cadastrados no CadÚnico do município – Proporção do total das despesas públicas com serviços essenciais (educação, saúde e proteção social) 	CECAD 2.0 https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php# Ministério do Desenvolvimento Social - SIGPBF https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/ SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf
Resiliência e redução de riscos para vulneráveis  Meta 1.5  Metas 11.5, 11.b  Meta 13.1	<ul style="list-style-type: none"> – Planos de Contingência Municipal já desenvolvidos pelo município (planejamento tático, concebido a partir de uma determinada possibilidade de desastre) – Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres 	Ministério do Desenvolvimento Regional - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2iD https://s2id.mi.gov.br/paginas/index.xhtml

DESNUTRIÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR			
Desnutrição infantil  Meta 2.2	<ul style="list-style-type: none"> – Percentual de crianças desnutridas com até 2 anos no município por ano (soma do percentual de magreza e magreza acentuada) – Índice de obesidade entre crianças até 5 anos de idade no município por ano - Índice de desnutrição de crianças menores de 5 anos (magreza acentuada) – Percentual de nascidos vivos com baixo peso (CNM) 	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index	Confederação Nacional de Municípios – Mandala Municipal (% nascidos baixo peso) https://ods.cnm.org.br/mandala-municipal
Produtividade agrícola  Meta 2.3, 2.4, 2.5	<ul style="list-style-type: none"> – Tipos de produtividade agrícola prevalecentes no município e produção anual por tipo de alimento (avaliar ano a ano o desenvolvimento da produtividade) – Percentual de estabelecimentos de agricultura familiar existentes no município em relação ao total (avaliar ano a ano o crescimento ou regressão da agricultura familiar) – Renda média mensal dos pequenos produtores de alimentos (avaliar variação da renda média ano a ano) 	IBGE Cidades (Pesquisas Censo Agropecuário e Produção Agrícola) https://cidades.ibge.gov.br/	Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#caracteristicas-estabelecimentos
SAÚDE E BEM-ESTAR			
Mortalidade por suicídio  Meta 3.4	<ul style="list-style-type: none"> – Números e taxas de mortalidade por suicídio por 100 mil habitantes, por sexo, raça e faixa etária 	DATASUS – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10br.def	DATASUS – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10br.def
Mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis  Meta 3.4	<ul style="list-style-type: none"> – Números e taxa de mortalidade por neoplasias, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório e diabetes mellitus por 100 mil habitantes, por raça, sexo e faixa etária 	DATASUS – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10br.def	

Mortalidade por acidentes de trânsito  Meta 3.6	<ul style="list-style-type: none"> – Números e taxa de mortalidade por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes, por sexo 	DATASUS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvbr.def
Gravidez na adolescência  Meta 3.7  Meta 5.6	<ul style="list-style-type: none"> – Número de nascidos vivos de mães adolescentes (grupos etários 10 a 14 e 15 a 19), por ano, por raça 	DATASUS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvbr.def
IGUALDADE DE GÊNERO		
Mulheres chefes de família  Meta 5.c	<ul style="list-style-type: none"> – Proporção de famílias com mulheres responsáveis pela família (%) (Censo 2010) 	IBGE – Estatísticas de Gênero (Tema = Famílias – Selecione nome do Município) https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-15,-16,53,54,55,-17,-18,128&ind=4704
Educação  Meta 5.c	<ul style="list-style-type: none"> – Taxa de analfabetismo de homens e mulheres (Censo 2010) 	IBGE – Estatísticas de Gênero (Tema = Educação – Selecione nome do Município) https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,320320&cat=-1,1,2,-2,-3,128&ind=4693
Participação política  Metas 5.5, 5.c	<ul style="list-style-type: none"> – Proporção de mulheres vereadoras na Câmara Municipal nas três últimas eleições municipais 	Tribunal Superior Eleitoral https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais Campanha Participa Mulher da Justiça Eleitoral https://www.justicaeleitoral.jus.br/participa-mulher/

Desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres 	<ul style="list-style-type: none"> – Razão entre o rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento dos homens (%) (Censo 2010) 	IBGE – Estatísticas de Gênero (Tema = Rendimento – Selecione nome do Município) https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=&ind=4721
Metas 5.a, 5.c  Meta 8.5	<ul style="list-style-type: none"> – Número de creches públicas disponíveis no município – Número de programas de habitação com prioridade para mulheres chefes defamília e vítimas de violência doméstica – Equipamentos existentes no município de amparo às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar (Delegacia da Mulher, Abrigo, CRAM, etc) 	Informações podem ser obtidas junto à Secretaria de Assistência Social do Município
Violência de gênero  Meta 5.6	<ul style="list-style-type: none"> – Proporção de mulheres e meninas de 15 anos de idade ou mais que sofreram violência física, sexual ou psicológica, por parte de um parceiro íntimo atual ou anterior, nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade – Proporção de mulheres e meninas de 15 anos ou mais que sofreram violência sexual por outras pessoas não parceiras íntimas, nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência 	Informações podem ser obtidas junto às Delegacias de Polícia Civil do Município
ÁGUA E SANEAMENTO		
Qualidade da água  Meta 6.3	<ul style="list-style-type: none"> – Taxa de internações por doenças de veiculação hídrica (Por 10 mil habitantes) – Taxa de incidência de doenças de veiculação hídrica na população de 0 a 4 anos (Por 10 mil habitantes) – Taxa de óbitos por doenças gastrointestinais infecciosas (Por 10 mil habitantes) 	Painel Saneamento Brasil https://www.painelsaneamento.org.br/site/index
TRABALHO, RENDA E CRESCIMENTO ECONÔMICO		
Trabalho escravo  Meta 8.7	<ul style="list-style-type: none"> – Quantidade de trabalhadores em condição análoga à de escravo encontrados por ano no município 	Radar SIT https://sit.trabalho.gov.br/radar/
MEIO AMBIENTE		
Vida na terra	<ul style="list-style-type: none"> – Concentração dos focos de calor ecobertura vegetal por flora nativa no município, 2017 (Atlas) 	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

 Metas 15.1, 15.2, 15.3	<ul style="list-style-type: none"> – Percentual de arborização de vias públicas, 2010 (IBGE Cidades – Panorama Território e Ambiente) 	http://www.atlasbrasil.org.br/perfil IBGE Cidades (Panorama –Território e Ambiente) https://cidades.ibge.gov.br/
--	--	--

Fonte: PNUD, 2021.

REALIZAÇÃO

As atividades da Leitura Técnica são atribuição, em grande medida, dos responsáveis pelo diagnóstico. O primeiro passo é estabelecer quais indicadores precisam ser coletados – esta definição depende diretamente do objetivo do Diagnóstico Vocacional Participativo, ou seja, pode haver mudanças de caso a caso. Posterior à definição, deve-se coletar e organizar os indicadores elencados.

A partir disso, os responsáveis pelo diagnóstico procedem à análise dessas informações, possibilitando traçar um perfil de desenvolvimento inicial do município. Neste ponto, deve-se prezar pela demarcação dos principais pontos de atenção, isto é, a partir da análise dos indicadores, quais são as principais potencialidades e fragilidades identificadas para o município?

No caso do InovaJuntos, a análise dos indicadores permite tirar conclusões iniciais acerca das capacidades institucionais e do perfil de desenvolvimento do município. Assim, se forem identificadas lacunas nas capacidades institucionais locais, a sugestão é que estes empecilhos sejam solucionados antes da promoção de ações inovadoras voltadas para desenvolvimento urbano. Caso o município possua capacidades institucionais suficientemente aprimoradas, considera-se que o processo inovativo no local será mais frutífero e terá maior probabilidade de ser sustentável, ou seja, causará benefícios duradouros à realidade municipal.

ATIVIDADES ESPERADAS

- Definição e coleta dos indicadores selecionados;
- Elaboração de documento contendo a consolidação das informações e a análise dos indicadores.

RESULTADOS ESPERADOS

- Relatório de Leitura Técnica.

ESTIMATIVA DE TEMPO PARA CONCLUSÃO DA ETAPA

2 semanas.

ETAPA 3: LEITURA COMUNITÁRIA

A Leitura Comunitária corresponde ao levantamento de informações qualitativas sobre a realidade municipal na visão de atores-chave locais. Para condução dessa etapa, utilizam-se os dados quantitativos obtidos previamente (Leitura técnica) como uma familiarização introdutória dos responsáveis pelo diagnóstico sobre o município. Em geral, a partir das informações secundárias, refina-se o direcionamento a ser dado durante diferentes diálogos com a sociedade, já que a Leitura Técnica possibilita a construção de uma narrativa de priorização prévia.

Para maior eficiência no levantamento de informações, dividiu-se a Leitura comunitária em duas atividades: entrevistas qualificadas e visitas técnicas. A ideia das entrevistas é realizar um intercâmbio de informações como forma de exercitar as capacidades de reflexão crítica dos atores-chave sobre o território, em que são analisadas suas vivências cotidianas. Sugere-se que essa atividade seja realizada em pelo menos dois dias (reuniões de aproximadamente duas horas por grupo de atores-chave) para que os responsáveis pelo diagnóstico possam ponderar as informações entre as reuniões e iniciar a elaboração da versão inicial do Diagnóstico Vocacional Participativo.

Em relação às visitas técnicas, a proposta é que os responsáveis pelo diagnóstico tenham contato direto com o ambiente e maior envolvimento em situações cotidianas. Considera-se ideal que essa atividade seja realizada em até dois dias, levando em consideração o período de deslocamento entre os principais locais considerados. Além disso, também é possível aproveitar esse momento para efetuar diálogos com outros atores locais, ampliando os pontos de vista coletados durante a Leitura Comunitária.

Outro aspecto relevante deste momento em campo diz respeito à percepção dos próprios responsáveis pelo diagnóstico. Recomenda-se o aproveitamento do período no município, entre as atividades assistidas pelos pontos focais e demais atores-chave, para que explorem o município livremente. Dessa forma, possibilita-se que os responsáveis pelo diagnóstico avaliem as condições locais por seu próprio olhar externo e independente, baseado nas próprias competências destes indivíduos e em sua experiência turística durante sua estadia na cidade.

Ao final dessas atividades, gera-se um novo cenário parcial – ademais aquele previamente levantado por meio da Leitura Técnica – que qualifica o conhecimento da realidade local por meio das experiências obtidas em campo, em contato direto com os habitantes do município. Espera-se aprofundar o reconhecimento das necessidades e forças locais referentes às importantes dimensões do diagnóstico: meio-ambiente, governança local, inclusão social, gestão governamental, educação, saúde, infraestrutura, economia e segurança.

REALIZAÇÃO

É importante que a etapa de Leitura Comunitária conte com amplo apoio institucional para sua realização, de modo que todo o processo demonstre legitimidade frente à população local e que os atores-chave selecionados sintam-se relevantes e de fato envolvidos com o futuro de seu município.

Nesse sentido, sugere-se que as atividades em campo contem com um momento de abertura institucional, no qual o(s) representante(s) político(s) eleito(s), em especial o(a) chefe do executivo local, recebam os responsáveis pelo diagnóstico e oficializem o início do processo de diagnóstico vocacional participativo em seu município. Este momento de abertura institucional pode, por exemplo, ocorrer pouco antes do início da primeira sessão de entrevistas qualificadas no próprio espaço destinado à atividade.

As atividades técnicas iniciam a partir das entrevistas qualificadas, as quais podem ocorrer de várias maneiras a depender das características do município. Por exemplo: (i) os responsáveis pelo diagnóstico podem se deslocar ao encontro do grupo de atores-chave; ou (ii) os responsáveis pelo diagnóstico e os pontos focais podem disponibilizar um espaço fixo para realização das entrevistas. Vale ressaltar que o número de participantes altera a dimensão do espaço que será necessário, de modo que devem estar atentos a este quantitativo.

As entrevistas são realizadas de forma flexível, utilizando um roteiro semiestruturado que possibilita o surgimento de questionamentos e tópicos que não haviam sido previamente planejados. Baseado em uma abordagem de grupo focal, sugere-se reunir, ao mesmo tempo, em torno de 4 a 10 pessoas para garantir uma maior interação dos entrevistados e não tornar o encontro demasiado extenso e cansativo. Todo o processo é moderado pelos responsáveis pelo diagnóstico. No caso de grupos de atores-chave com mais de 10 pessoas, aconselha-se reordenar os entrevistados em grupos menores que retenham a diversidade de interesses e experiências almejada.

Recomenda-se que as visitas técnicas sejam realizadas após as entrevistas, para que os responsáveis pelo diagnóstico estejam dotados de conhecimento e relatos dos representantes locais antes de experimentarem por si mesmos os locais selecionados. Desse modo, possibilita-se maior discernimento em relação ao que se deve observar no local de visita, além de facilitar a interação e o direcionamento da abordagem com outros potenciais atores-chave nesses locais.

O intercâmbio de informações com distintos atores do município é essencial para garantir maior representatividade nos processos participativos. Essas atividades de diálogos expõem os saberes da população e auxiliam o município em seu desenvolvimento, fortalecendo a vinculação da população local aos processos decisórios e de planejamento do ambiente em que habita.

ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS

As informações coletadas no Pré-diagnóstico e na Leitura Técnica permitem a criação de uma narrativa para a realização das entrevistas qualificadas da Leitura comunitária. No contexto do projeto InovaJuntos, utilizam-se os agrupamentos temáticos de seus clusters para a construção desta narrativa: (i) desenvolvimento econômico; (ii) desenvolvimento regional e consórcios; (iii) cidades verdes e mudanças climáticas; e (iv) espaços inclusivos para inovação cultural e social. Essas são temáticas consideradas fundamentais para analisar o município, ainda que não exaustivas.

Com o intuito de facilitar a construção das pautas das entrevistas nos grandes temas delimitados, são apresentados questionamentos norteadores. Vale ressaltar que, para cada município, cabe aos responsáveis pelo diagnóstico avaliarem se os questionamentos e as temáticas aqui apresentados devem ser ajustados. Além disso, o processo deve ser dinâmico: à medida que as entrevistas são realizadas, os responsáveis pelo diagnóstico devem buscar incorporar os aprendizados gerados para que auxiliem a condução dos próximos encontros.

Exemplos de questões norteadoras sobre desenvolvimento econômico

Setor público

- Como é a organização municipal para tratar de assuntos econômicos (finanças públicas, programas de transferências e assistencialismo, incentivo a cadeias produtivas etc.)? Existem secretarias, pautas, comitês estruturados para este fim?
- Como é a estruturação dos setores da economia? Quais os mais relevantes ao município? Quais são as principais atividades econômicas ali desenvolvidas?
- O município conta, já contou ou vislumbra a estruturação de aglomerações produtivas em seu território (*clusters*, polos industriais, arranjos produtivos locais)? (Em caso afirmativo, será importante entender melhor seu histórico, objetivos, resultados, dificuldades etc.)
- Quais as principais tendências e oportunidades percebidas para potencializar o desenvolvimento econômico local?
- Qual o impacto da economia informal no municipal? É muito representativa para a população local?
- Existem políticas públicas (em andamento ou elaboração) direcionadas a setores específicos? Como se dá a definição de relevância destes setores (número de empregados, contribuição para arrecadação etc.)?
- Em relação às políticas públicas locais, como se dá seu acompanhamento? Existe uma estratégia de monitoramento e avaliação de impactos? Seus resultados são sistematizados e divulgados?
- Os representantes dos setores produtivos estão articulados e demandam atuações governamentais? Existe um controle sobre o conjunto destas demandas? Quais as mais usuais?
- Quais as ações prioritárias na pauta de infraestrutura e serviços urbanos: iluminação, abastecimento e coleta de esgoto, rodovias, segurança pública e outros serviços que o governo prove a população?
- Quais as áreas com rede de esgoto, coleta de lixo, abastecimento de água, rede elétrica e sistema viário satisfatório?
- Quais os programas, projetos e ações em desenvolvimento no Município com respectiva área de abrangência (saúde; educação, cultura e lazer; ambiental; segurança pública e assistência social)?
- Como estão os equipamentos e recursos de segurança? Onde estão localizados os postos policiais, delegacias e corpo de bombeiros?
- Quais as áreas públicas com maior incidência de violência e riscos à integridade da população (roubos, furtos, drogas, agressões, homicídios, exploração sexual)?
- Como avaliam infraestrutura básica destinada à saúde existente no Município? Quais áreas têm mais carência de infraestrutura de saúde?
- O governo possui estratégia direcionada à atração de investimentos (organização dos recursos que se possui em torno de cursos de ação possíveis para alcançar objetivos desejados)?

- Em relação à atração de investimentos, quais desses pontos estão relacionadas a intervenções ligadas à infraestrutura local?
- Tendo em mente aqueles setores que a equipe municipal elegeu como prioritários para a atração de investimentos, existe um mapeamento das obras de infraestrutura mais importantes para alavancar a capacidade logística do município?
- Quais são as intervenções mais críticas que o governo está fazendo para atender às necessidades dos seus setores-alvos?

Setor produtivo

- Os principais representantes do setor produtivo são nativos ou vieram de outros municípios? Há quanto tempo vivem ali e quais os principais motivos de terem vindo ao município? É um bom lugar para construir famílias e planejar suas vidas? Como veem o futuro empreendedor das novas gerações, há oportunidades suficientes para que se sintam atraídos a continuar no município?
- Qual o ramo de atuação dos entrevistados (o que fazem)? Há quanto tempo dedicam-se a suas atividades? Como surgiu a ideia de começar suas atividades?
- Historicamente, como veem a mudança no perfil de empreendimentos e empreendedores locais?
- Quais os principais mercados e públicos consumidores de seus produtos/serviços? São majoritariamente locais ou externos? E quanto a fornecedores, os insumos principais vem de outros produtores locais ou de fora?
- A oferta de mão de obra local supre as necessidades de suas atividades econômicas? São adequadamente qualificados?
- Quais as áreas de atuação econômica entendem como mais propícias ao sucesso de novos empreendimentos no município? Em outras palavras, dotados de suficientes, onde investiriam?
- Quais os principais gargalos para a realização das atividades mencionadas (prestar seu serviço/vender seu produto)? Retomar questionamentos sobre necessidades de infraestrutura urbana e econômica, na visão do setor produtivo.
- Como a pandemia de Covid-19 afetou a configuração produtiva local? As medidas de suporte e mitigação foram eficazes?

Sociedade Civil Organizada

- As questões devem ser direcionadas e adequadas ao conjunto de interesses representados pelo grupo entrevistado. Deve-se buscar informações que tragam relatos e experiências que pontuem com clareza o cotidiano e a vivência da população local, enfatizando a diversidade de segmentos ali representados e com especial atenção aos temas transversais do projeto. Prezar por uma abordagem familiar e pessoal.
- Retomar questões relacionadas à infraestrutura e serviços urbanos no ponto de vista da sociedade civil: como avaliam a cobertura e qualidade da educação, saneamento básico, segurança, iluminação etc.?
- Quais as principais carências verificadas na infraestrutura de saúde municipal?
- Quais as principais oportunidades de emprego (geração de renda familiar) no município? As oportunidades existentes estão alinhadas com o perfil dos habitantes?

- Como avaliam as oportunidades e o conjunto de incentivos locais (cultural e governamental, por exemplo) à qualificação pessoal e profissional no município?
- Qual o ramo de atuação dos entrevistados (o que fazem)? Há quanto tempo dedicam-se a suas atividades?
- Historicamente, como veem a mudança no perfil do habitante e em sua qualidade de vida no município? É um bom lugar para construir famílias e planejar suas vidas? Como veem o futuro das novas gerações, há oportunidades suficientes para que se sintam atraídos a continuar no município?
- Como a pandemia de Covid-19 afetou a condição de vida local? As medidas de suporte e mitigação foram eficazes?

Instituições de ensino

- Como os representantes das instituições de ensino avaliam a oferta de educação no município? Mostra-se adequada às demandas do mercado interno e regional? Está alinhada com as principais tendências nacionais internacionais?
- Perspectiva de educação como fator produtivo: as instituições de ensino locais são responsáveis pela formação da maior parte da mão de obra que atua no município? Percebem-se descompassos entre as expectativas de mercado e as competências de seus alunos egressos? As instituições existentes são capazes de atender toda a demanda educacional municipal?
- Quais as perspectivas educacionais, hoje, para um recém-nascido no município? Quanto esta resposta varia ao considerarmos segmentação por gênero, raça e classe social?
- Quais as perspectivas profissionais para um egresso do ensino básico após conclusão do ensino médio? Qual parcela destes alunos vislumbra cursar ensino superior? Quantos efetivamente concluem o ensino superior? Quais são os cursos superiores mais demandados?
- Quais as principais dificuldades enfrentadas na região quanto ao quesito educação? Quais as principais carências de equipamentos e infraestrutura educacional geral enfrentados no município? Este quadro varia entre diferentes bairros/territórios?
- A oferta educacional atual é capaz de atender eficientemente diferentes públicos e necessidades de aprendizado: educação básica (rural e urbana), superior, pós-superior, ensino especial, técnico, profissionalizante etc.?
- Há iniciativas de educação empreendedora no município?
- Como a pandemia de Covid-19 afetou o acesso e a qualidade do ensino no município?

Exemplos de questões norteadoras sobre desenvolvimento regional e consórcios

Setor público

- Quais são as percepções acerca da estrutura de governança para além das fronteiras de sua cidade? O cenário é favorável à atuação colaborativa? Quais os principais empecilhos verificados ao reforço destas relações intermunicipais?
- O município está envolvido em algum consórcio atualmente? Já esteve no passado ou vislumbra tal possibilidade em um futuro próximo? (Em caso afirmativo, será importante explorar questões relacionadas ao histórico desses consórcios, objetivos, resultados etc.)

- O município enfrenta gargalos de infraestrutura urbana que são comuns a outros municípios vizinhos?
- Quais os problemas que poderiam ser solucionados com parcerias de outros municípios? Como podem se unir para pleitear mudanças frente ao Estado e à União?
- Quais as principais áreas, setores e/ou serviços compartilhados regionalmente com habitantes de municípios vizinhos?
- Existem potenciais regionais que poderiam se beneficiar de estímulos coletivos por meio de atuação consorciada?

Setor produtivo

- Quais são as percepções quanto ao potencial de parcerias comerciais fora de sua cidade?
- Quais as dificuldades que poderiam ser solucionadas (ou ao menos mitigadas) por meio de parcerias com empreendedores de outros municípios?
- Quão importante são as interações comerciais com outros municípios? (relações de compra, venda, investimentos, entre outros)
- Os parceiros comerciais dos municípios vizinhos demonstram interesse em potencializar a atuação no seu município? Quais os principais fatores de atração e quais os principais impedimentos mencionados?

Sociedade civil organizada

- Como os representantes da sociedade civil posicionam a qualidade de vida em seu município comparativamente a de municípios vizinhos? O seu município poderia obter vantagens e/ou contribuir para a melhoria de qualidade de vida da região caso atuasse de forma mais próxima a estes vizinhos?
- Quão usual é o deslocamento entre municípios da região para a realização de atividades cotidianas: estudo, trabalho, atendimento médico, lazer, compras etc.? Quão acessível e prático é este deslocamento, considerando tanto questões logísticas quanto em termos de receptividade e relacionamentos interpessoais?
- Há pontos de interesse comum na região que não são efetivamente endereçados devido à baixa cooperação entre os municípios envolvidos? Há interesse e potencial para o envolvimento direto (parcerias, termos de fomento etc.) da sociedade civil nessas interações intermunicipais?
- Para o caso de municípios participantes em consórcios, deve-se buscar informações sobre percepções de modificações desde o consorciamento: quais as principais mudanças percebidas ao longo do tempo? Percebeu-se melhoria na qualidade e abrangência dos serviços urbanos disponibilizados? As relações sociais, culturais e econômicas entre os municípios fortaleceram-se?

Instituições de ensino

- Qual parcela da população local é atendida pela rede de ensino do município? Quantos procuram instituições em municípios vizinhos? Quantos dos alunos que ali estudam vêm de municípios vizinhos?
- Quais as principais motivações para o fluxo de alunos entre municípios? Os pontos levantados fazem parte da agenda de atuação municipal em educação?

- Quão frequente são as interações entre os corpos discentes e docentes de municípios vizinhos para a troca de experiências, boas práticas e confraternização? Percebe-se espaço para ganhos caso este tipo de interação fosse mais estimulado?
- Dos gargalos de infraestrutura educacional identificados no município, quais deles são comuns à região? Poderiam ser mais facilmente mitigados caso houvesse maior cooperação intermunicipal?

Exemplos de questões norteadoras sobre cidades verdes e mudanças climáticas

Setor público

- Quais são as políticas para questões de sustentabilidade ambiental? Como está o andamento? Existe aderência?
- É feita a gestão de resíduos na região?
- São feitas políticas para auxílio a vulneráveis?
- Quais são os principais usos da terra no local? Existem áreas extrativistas?
- Existem áreas de proteção ocupadas irregularmente?
- Quais os focos de poluição?
- Quais locais de depósito de resíduos?

Setor produtivo

- Quais são as práticas para questões de sustentabilidade ambiental? (Resíduos, diminuição de desperdícios...)
- Você vê agregação de valor em práticas desse tipo? O mercado valoriza esses produtos?
- Você vê preferência aos fornecedores que possuem práticas sustentáveis?
- Existem recursos hídricos disponíveis para seu empreendimento?

Sociedade civil organizada

- Vocês se sentem afetados pelas mudanças no meio ambiente?
- Você aplica essas práticas em casa?
- Vocês se sentem envolvidos pelo processo?

Instituições de ensino

- Existem práticas de sustentabilidade ambiental?
- Esse tema é tratado nas escolas?
- Isso é considerado com relação aos currículos? (no currículo escolar tem alguma matéria que inclui assuntos de sustentabilidade ambiental)

Exemplos de questões norteadoras sobre espaços inclusivos para inovação cultural e social

Setor público

- Existem programas de diversidade? Estão em andamento? Estão progredindo? Qual o acompanhamento?
Cotas, reservas...
- A temática é importante no município?
- Faz alguma diferença ao longo do tempo?
- É algo que é requisitado pelos eleitores? É pauta da câmara? (existe demanda local)
- Existe uma agenda de eventos para a cultura local?
- Quais os espaços e equipamentos de cultura e lazer existentes (centro cultural, centros comunitários, quadra poliesportiva, praça, museu, feiras, teatros, cinema, biblioteca, clubes etc.)?
- Há Pontos de Cultura na localidade (equipamento com recursos do Ministério da Cultura – MinC)?
- Quais as áreas com predomínio de patrimônio histórico-cultural (prédio públicos e/ou privados, praças, ruas, feiras, festas populares, manifestações artísticas etc.)?
- Existem comunidades tradicionais no município? Eles têm tratamento diferenciado?

Setor produtivo

- Você vê importância na diversidade?
- É fácil para pessoas de outras realidades abrirem negócios?
- O processo de seleção de colaboradores leva em conta a diversidade?
- A herança cultural é abordada de alguma forma? Existe potencial? O mercado vê como importante?
- Existem empreendedores locais? Eles são importantes?

Sociedade civil organizada

- Você se sente incluído no município? Você tem acessos e oportunidades similares?
- Você se sente bem-vindo?
- Você recebe algum auxílio? Conhecem? Acham que faz sentido?
- A cultura é valorizada? É respeitada?
- A transmissão da cultura é importante? Você fazem?

Instituições de ensino

- O acesso à educação reflete a diversidade local?
- Existem bolsas de inclusão social?
- A cultura do município é abordada nas escolas?
- O tratamento é igual para todos os alunos? (para os alunos)

ATIVIDADES ESPERADAS

- Execução da abertura institucional.
- Realização de entrevistas qualificadas e visitas técnicas.

RESULTADOS ESPERADOS

- Elaboração de documento contendo a consolidação das informações das atividades desenvolvidas em campo, durante a etapa de Leitura Comunitária.

ESTIMATIVA DE TEMPO PARA CONCLUSÃO DA ETAPA

4 dias.

ETAPA 4: CONSTRUÇÃO COMPARTILHADA

Por meio dessa etapa, possibilita-se a apresentação de um cenário mais completo do município (integração dos aprendizados da Leitura Técnica e Leitura Comunitária) e elaboração de uma versão inicial (sugestiva) do Diagnóstico Vocacional Participativo, como uma proposta de definição das principais áreas e vocações que o município deve empenhar esforços. Essa proposta é apresentada no momento final das atividades de campo, por meio de uma oficina de validação e construção colaborativa com os atores-chaves do município.

Em um momento inicial durante a oficina, os responsáveis pelo diagnóstico estão encarregados de apresentar sua devolutiva técnica aos representantes do município. Trata-se de um momento de conscientização coletiva sobre os principais pontos e perspectivas sistematizados ao longo dos trabalhos de campo, apresentando a todos os participantes uma diversidade de olhares que não apenas os seus próprios.

Em um segundo momento, iniciam-se os esforços para construção colaborativa do diagnóstico vocacional. Cientes da devolutiva que lhes foi apresentada, cabe aos atores-chave locais validarem (ou não) os pontos de melhoraria e vocações sugeridos, estimulando de forma participativa e colaborativa diálogos e de refinamento e aprofundamento da compreensão da realidade local.

REALIZAÇÃO

Após todas as atividades da Leitura técnica e da Leitura comunitária, os responsáveis pelo diagnóstico devem realizar um “trabalho de escritório” para integração das informações do município, de modo a identificar as divergências e convergências existentes entre os dados quantitativos e qualitativos obtidos. A partir desse momento é possível identificar fragilidades, potencialidades, soluções e vocações do município.

Para facilitar a transmissão dessa visão aos atores-chave, julga-se importante realizar pesquisas bibliográficas que complementem e reforcem as observações realizadas. O objetivo da pesquisa é pré-identificar quais são as principais práticas ou políticas utilizadas, atualmente, para o desenvolvimento de determinada vocação. Exemplificando, se a vocação de um município é indústria de base, o consultor deve procurar referências de como desenvolver este setor (por exemplo utilizando dados e pesquisas da Confederação Nacional da Indústria - CNI). Instituições como PNUD, OCDE, banco Mundial – entre outras importantes compiladores de boas práticas em desenvolvimento sustentável – podem ser boas **fontes** para a **pesquisa bibliográfica direcionada**.

Com todas essas informações, é possível elaborar uma versão inicial (sugestiva) do Diagnóstico Vocacional Participativo, definindo as áreas prioritárias de atuação e as vocações mais relevantes do município. Para tal, é necessário levar em consideração as capacidades institucionais e particularidades locais.

Finalmente, realiza-se uma oficina com os principais atores-chave entrevistados, equipe da prefeitura e pontos focais do município para expor e discutir sobre a versão inicial do Diagnóstico Vocacional Participativo. Esse momento é relevante no sentido de alinhar os resultados obtidos e pacificá-los entre os atores-chave consultados, de modo que se tenha um panorama suficientemente fiel da realidade do município.

Para maior organização do fórum, os responsáveis pelo diagnóstico deverão atuar como moderadores da discussão. O papel do moderador é coordenar o evento de forma eficiente, garantindo a interação e a participação efetiva de todos os atores-chave. Além disso, tem função de apresentar os temas debatidos, resolver pendências de natureza circunstancial e, na conclusão, expor uma síntese dos argumentos tratados durante o evento, destacando o motivo do debate e agradecendo a presença de todos.

ATIVIDADES ESPERADAS

- Compilação das informações da Leitura Técnica e Leitura Comunitária;
- Realização de pesquisas bibliográficas;
- Realização da oficina de validação e construção colaborativa.

RESULTADOS ESPERADOS

- Versão inicial do Diagnóstico Vocacional Participativo.

ESTIMATIVA DE TEMPO PARA CONCLUSÃO DA ETAPA

2 dias.

ETAPA 5: DIAGNÓSTICO VOCACIONAL PARTICIPATIVO

Nessa etapa, chega-se ao resultado principal: o Diagnóstico Vocacional Participativo. Sua elaboração deve necessariamente utilizar as informações obtidas na oficina participativa, bem como nos demais documentos elaborados durante as etapas anteriores (Leitura Técnica e Comunitária). Essa sistematização das informações pacificadas durante a oficina garante que o diagnóstico resultante seja percebido como produto do município, e não da equipe responsável por sua execução.

Para que o diagnóstico seja considerado completo, é necessário identificar habilidades, fragilidades, potencialidades e necessidades do município, bem como analisar as vocações necessárias para promover o desenvolvimento urbano local. Diante disso, o documento pode ser utilizado como referência em vários aspectos. É possível, por exemplo, elaborar um plano de fortalecimento das vocações municipais, o que é importante para o desenvolvimento municipal. Ademais, trata-se de um importante ponto de partida para formulação de políticas públicas.

Os responsáveis pelo diagnóstico devem realizar um encontro para apresentação da versão final do Diagnóstico Vocacional Participativo. Considera-se importante que estejam presentes os pontos focais do município, equipe da prefeitura, entidades de representação do setor público e os responsáveis pelo diagnóstico.

Após essa entrega, o município pode utilizar o Diagnóstico como insumo para definir/atualizar sua visão de futuro, estabelecer objetivos que pretende alcançar, priorizar problemas, definir modo de atuação, alocar recursos e elaborar um plano de ação com foco no seu desenvolvimento. A equipe InovaJuntos coloca toda sua expertise ao dispor dos municípios neste momento.

REALIZAÇÃO

A versão final do Diagnóstico Vocacional Participativo é um “trabalho de escritório”, em que os insumos de todas as etapas anteriores são utilizados para sua construção. O objetivo é complementar a versão inicial do Diagnóstico a partir das percepções e apontamentos feitos durante a oficina da etapa de Construção Compartilhada. Assim, leva-se em consideração as informações obtidas na oficina de validação e, caso necessário, realiza-se pesquisas pontuais sobre temas levantados durante o diálogo.

Vale ressaltar que existe a possibilidade de serem necessárias mudanças radicais na versão inicial do Diagnóstico, caso os atores-chave considerem que esta não representa a realidade local. Nesses casos, os responsáveis pelo diagnóstico também devem alterar o documento, de forma a adequá-lo às particularidades, vocações e necessidades do município.

A entrega final deve ser realizada por meio de uma reunião presencial, online ou híbrida. Nesse momento é preciso ser mais pontual com a apresentação do Diagnóstico Vocacional Participativo, visto que, muitos dos participantes já vão saber de informações obtidas na oficina de validação inicial. Diante disso, faz-se necessário listar os tópicos que serão abordados na reunião, priorizando as modificações. Durante a reunião, é importante alocar um tempo para que os representantes do município se posicionem quanto ao Diagnóstico.

ATIVIDADES ESPERADAS

- Modificação da versão inicial do Diagnóstico Vocacional Participativo;
- Realização de reunião para apresentar a entrega final.

RESULTADOS ESPERADOS

- Versão final do Diagnóstico Vocacional Participativo.

ESTIMATIVA DE TEMPO PARA CONCLUSÃO DA ETAPA

1 semana.